



TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII

1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

doará. Se decidirmos preservá-lo, as instâncias internacionais ajudar-nos-ão neste esforço, não só meritório, mas eticamente obrigatório. É preciso desde já levar o assunto a Bruxelas e ao Parlamento Europeu, a todos os foros internacionais, para colhermos conselhos, ajudas. É preciso parar as obras agora. Em prol do autêntico progresso. É um acto de coragem que honra quem o tomar.

Porto, Março de 1995

TODOS TEMOS A VER COM O CÔA*

por

Vitor Oliveira Jorge

Como tem sido largamente noticiado, no vale do rio Côa, no NE. de Portugal, existe um património cultural *único no mundo*, constituído por centenas, se não milhares, de gravuras datáveis do Paleolítico Superior (com c. 20.000 a 17.000 anos). Mas também abrigos sob rocha com pinturas da Pré-história recente e numerosas gravuras da Proto-história, além de povoados de todas as épocas, da Idade do Cobre (3º milénio a.C.) à época contemporânea.

Esse património, devido em grande parte ao isolamento da região, e à diminuta comunidade arqueológica portuguesa (tudo índices do nosso atraso de décadas em relação a outros países europeus, resultado do regime retrógrado que sofremos antes de 1974), era desconhecido até há alguns anos. Mas, do mal, o menos: assim chegou aos nossos dias em estado de ainda ser conservado, estudado, e valorizado, constituindo um bem cultural e económico extraordinário.

Ou seja, *pela primeira vez*, em termos de património arqueológico, temos em Portugal, país, apesar de tudo, relativamente pobre neste domínio, *algo que não existe em mais parte alguma do mundo*, e com o qual podemos contribuir para a memória da humanidade no seu todo.

Se perdermos o Côa, perderemos o que de melhor temos para oferecer neste campo, em termos científicos, culturais e turísticos. Por isso, repetimos: a sua destruição pela construção da barragem de Foz Côa seria um holocausto tremendo, provavelmente o maior crime do século contra o nosso património cultural.

Por mais que compreendamos as razões afectivas que levam os autores do projecto a defendê-lo a todo o transe, há que encarar a situação de frente, estudando alternativas e desviando para outros rios, depois dos necessários estudos, as valências económicas que se pretendiam obter do Côa, e que neste caso redundariam em catástrofe. Se respeitamos o trabalho investido por técnicos de engenharia na preparação desta obra, contra os quais nada nos move, já não

* Publicado no *Jornal de Notícias* de 23-05-95.

podemos aceitar manobras de adiamento sucessivas, que duram há seis meses. Os técnicos de Arqueologia já foram bem claros: neste caso, é incompatível a construção da barragem com a protecção e usufruto de um enorme santuário de ar livre que é todo o rio Côa.

Há 200 séculos que as gravuras paleolíticas do Côa se conservam ao ar livre, sofrendo notáveis variações climáticas. Quem pode *garantir a 100%* que elas se conservarão debaixo de água? Adianto a resposta, depois de falar com numerosos especialistas de geologia e áreas afins: ninguém, no seu perfeito juízo.

Mas o que está em causa no Côa não são gravuras desgarradas, mais ou menos abundantes, mais ou menos espectaculares, mais ou menos valiosas artisticamente. O que temos tentado explicar é que, *neste caso, o monumento é todo o rio, pois ele foi usado, pelos caçadores-recolectores paleolíticos, como uma arquitectura natural. Estamos perante uma paisagem cultural, carregada de simbolismo.* Desfigurá-la (mais do que o que já está) ou afundá-la corresponderia à sua destruição patrimonial. Não haveria alibis, de espécie alguma, para esse crime inqualificável, que colocaria Portugal, agora sim, na verdadeira “Idade da Pedra”, aos olhos da opinião pública esclarecida de todo o mundo.

Como diz o ditado: “quem te avisa, teu amigo é”. Se aquele crime viesse a ser permitido por todos nós, os decisores não poderiam referir, nunca, para se desculparem, que os técnicos de Arqueologia os não avisaram a tempo do que estavam a cometer. As gerações actuais e vindouras lerão estas minhas palavras e julgarão os actos dos governantes que mandarem avançar ou parar as obras da barragem. É que sim, senhores, por uma vez, *estamos infelizmente perante uma situação dilemática*, de preto ou branco, situação-tipo que raramente se apresentará com contrastes tão nítidos como aqui. Não é possível ter a mega-barragem do Côa e, ao mesmo tempo, preservar o património histórico-cultural do rio. Não é possível estar, ao mesmo tempo, dos dois lados da barricada. Por questões que nos ultrapassaram a todos, sabemos agora que o nosso dinheiro está a ser, todos os dias, mal gasto no Côa; quando o leitor chegar ao fim deste breve artigo, já mais umas centenas de contos terão ido por água abaixo, desde que o começou a ler. Temos todos de assumir as consequências desta infeliz circunstância, por mais custosas que sejam. Quanto mais tarde se actuar eficazmente no terreno (de palavras e de “ruído” na comunicação social — apesar do inestimável contributo que tem dado — estamos já todos fartos), tanto pior.

Mas a defesa, *cada vez mais urgente*, desse valor colectivo, simultaneamente direito e dever cívicos inalienáveis, não compete apenas aos arqueólogos, ou aos foz-coenses. Trata-se, repito, de um património artístico e espiritual, com duzentos séculos de idade, que *importa a toda a comunidade portuguesa*.

Somos todos responsáveis, e não só os nossos governantes, pelo que

vier a acontecer. Em democracia o poder emana do povo, e o que precisamos é de dar força aos decisores, qualquer que seja a nossa cor política, ou a deles, para que actuem segundo a opinião da maioria dos cidadãos, idóneos, informados e esclarecidos.

Manter o silêncio ou, por inércia ou comodismo, nada fazer, corresponde a apoiar activamente as forças, cada vez mais minoritárias, mas poderosíssimas, que, a todo o custo, querem construir a barragem.

Cidadãos portugueses: qualquer que seja a vossa opinião sobre o assunto, manifestem-se, dentro das normas legais e constitucionais em vigor.

A História julgará a dignidade ética da vossa atitude.

Porto, Maio de 1995